

EVOCAÇÃO DE ANCHIETA E VIEIRA A PROPÓSITO DE SEUS CENTENÁRIOS*

Odilon Nogueira de MATOS

Quem quer que tenha algum conhecimento de nossa história certamente sabe o que significam para o estudo de nossa formação, especialmente nos primeiros séculos, as fontes de origem missionária, e dentre estas, as de procedência jesuítica. O trabalho missionário desenvolveu-se sempre ligado às atividades seculares, de ordem administrativa, política ou econômica. Sendo os missionários homens dotados de cultura bem maior que a dos demais transmigrados, coube a eles, sacerdotes, papel de alta relevância na sociedade colonial, sempre dispostos a registrar, através de cartas, informações, relatórios ou similares, o que ocorria no país, nos mais variados aspectos. E dentre os missionários vindos para cá, destacam-se sobremaneira os jesuítas, aos quais coube indubitavelmente a maior parcela na difícil tarefa de informar sobre o Brasil. Isto decorre, naturalmente, da própria natureza da ordem fundada por Inácio de Loyola, cuja preocupação foi, acima de tudo, criar uma ordem não apenas "contemplativa", como as outras existentes, vindas, muitas, do início da Idade Média, mas uma ordem "ativa", com três objetivos precípuos: cuidar particularmente da instrução, dotando seus sacerdotes de um embasamento cultural superior ao de outras ordens; servir como instrumento da Contra-Reforma; e dedicar-se à expansão do catolicismo nas terras que estavam sendo colonizadas pelos europeus nas várias partes do mundo.

É sabido que os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza. Entre eles - e chefiando-os - o padre Manuel da Nóbrega, constituído logo em primeiro provincial da nova província do Brasil. Uma segunda missão, pouco depois, em 1553, com o segundo governador, Duarte da Costa, traz um jovem de menos de vinte anos,

(*) Alocução proferida na Academia Campinense de Letras, em sessão de 4 de agosto do corrente ano (1997).

noviço ainda, logo depois ordenado, e que viveria em nosso país por mais de quarenta anos, ou seja até a sua morte em 1597, portanto há quatro séculos. Refiro-me - todos o sabem - a José de Anchieta, objeto de uma das evocações desta noite.

Exornam sua personalidade alguns atributos fáceis de enumerar e que tornam Anchieta a figura mais popular, mais querida e, conseqüentemente, a mais conhecida e renomada de toda a crônica dos jesuítas em nosso país. A única, aliás, para a qual se reivindica a elevação à honra dos altares. Seus atributos começariam pela longa vida entre nós decorrida, nada menos de quarenta e quatro anos, como já foi mencionado; em decorrência disso, um melhor conhecimento do país, pois ao contrário da maior parte dos jesuítas que se fixavam em determinadas regiões, Anchieta viveu em diversos pontos do território brasileiro: no Planalto Paulista, tendo sido mesmo um dos fundadores de São Paulo, cidade que o venera como a principal figura de sua crônica mais que quadricentenária; no litoral (São Vicente, Itanhaém, Iperoig); no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco e no Espírito Santo, onde faleceu, precisamente na cidade que hoje tem o seu nome. Isso deu ao chamado "Apóstolo do Brasil" uma vivência e um conhecimento do país, como não encontramos em nenhum outro missionário da época; acrescenta-se a isso seu extraordinário espírito de observação, o que o levou a, nos seus escritos, tratar dos mais variados assuntos, nas áreas de etnografia, da lingüística, das ciências naturais, temas que surgem com muita freqüência em seus numerosos escritos. Em último lugar, mas talvez sua qualidade mais importante, a enorme disposição para escrever. Aliás, isto é um dos traços característicos dos missionários jesuítas: a necessidade de dar conta aos superiores em Lisboa ou em Roma de suas atividades no Brasil explica a grande soma de cartas, informações, relatórios, ou que os outros nomes tenham, nas quais se encontra verdadeiro retrato do que era o Brasil de então.

Essa valiosa fonte jesuítica começou a ser divulgada ainda no século passado, quando foram publicados três volumes, o primeiro contendo cartas de Nóbrega, o segundo com cartas avulsas de diversos padres e o terceiro todo consagrado a Anchieta, intitulado muito explicitamente, **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Esses três volumes foram reeditados pela Academia Brasileira de Letras entre 1930 e 1933, na mesma ordem da edição original, apenas - como é óbvio - acrescidos de prefácios e comentários dos responsáveis pela reedição. O volume sobre Anchieta incluiu o excelente estudo sobre o missionário, da lavra de Antônio de Alcântara Machado, brilhante escritor paulista, de vida lamentavelmente tão curta. Era ele filho do Professor Alcântara Machado, o renomado autor de **Vida e morte do bandeirante**.

Alguns anos mais tarde (1940), por iniciativa do padre Serafim Leite, o mais conhecido historiador dos jesuítas no Brasil, apareceu novo volume, complementar àqueles editados pela Academia Brasileira, contendo **Novas cartas jesuíticas**, volume 194 da preciosa coleção "Brasiliana". E bem mais tarde (1954), numa edição comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo, o mesmo padre Serafim Leite promoveu a publicação de mais três alentados volumes intitulados **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**.

Convém registrar que as pesquisas em torno da documentação jesuítica não se encerraram, como o demonstram os volumes publicados pelo venerando padre Hélio Abranches Viotti, nosso nobre confrade em três Academias e em dois Institutos Históricos, e que continua no Brasil a grande obra iniciada por Serafim Leite. A **Monumenta Anchieta** organizada por Viotti alcança já o total de dezoito volumes.

De todos os jesuítas do Brasil, Anchieta foi, juntamente com Vieira, dos que mais escreveram. Além das numerosas cartas e informações já mencionadas, deixou obra literária de alto significado em nossa literatura colonial. Já houve quem o considerasse mesmo o primeiro escritor "brasileiro". Dessa obra literária, particularmente do poema dedicado à Virgem, já tratou, com toda a propriedade e erudição, nosso preclaro confrade Cônego João Correia Machado, em seu discurso de posse nesta Casa. Julgamos desnecessário dela cuidar novamente; preferimos apreciar o sentido histórico da obra anchietana. Difícil, sem ela, compreender o sentido exato da vida brasileira de seu tempo. Isto, aliás, é da essência da obra missionária. Para que o missionário atuasse com proveito e sua tarefa realmente desse resultado, fazia-se mistér que ele conhecesse muito bem o país e sua gente, a começar pela língua. Eis porque em todas as áreas de colonização as primeiras gramáticas das línguas indígenas sempre foram escritas por missionários. E o próprio Anchieta deu o exemplo escrevendo e fazendo publicar, em 1595, a primeira gramática da língua tupi, especialmente a da região que interessa mais de perto a São Paulo e ao Rio de Janeiro. O mesmo fará pouco depois o padre Luís Figueira com relação às línguas indígenas do Nordeste e o padre espanhol Ruiz de Montoya com relação ao guarani.

E outros exemplos surgiram ao longo de toda a chamada América Espanhola. Não nos esqueçamos de que até o século XVIII e início do XIX a América Espanhola compreendia até o sul e ao oeste da atual nação norte americana, áreas onde as cidades, algumas hoje de grande importância, originaram-se quase todas de antigas missões jesuíticas. Basta verificar os nomes dessas cidades, todos em espanhol e de inovação religiosa. E os norte-americanos, ocupando esses regiões, conservaram os nomes espanhóis. A

maior cidade dos Estados Unidos, no Pacífico, chama-se San Francisco, quando, em inglês, deveria ser Saint Francis. E os exemplos são numerosos: Los Angeles, Sacramento, San Diego, Corpus Christi, Palo Alto e tantos outros.

Apenas para exemplificar com relação às cartas de Anchieta: a que escreveu no último dia de maio de 1560, de São Vicente e endereçada ao Padre Geral, apresenta-nos uma descrição das "coisas naturais" da capitania vicentina, com ênfase especial aos animais: jacaré, capivara, lontra, caranguejos, serpentes, aranhas, taturanas, panteras, tamanduás, antas, preguiça, gambá, ouriços, macacos, veados, gatos monteses, javalis, formigas, bicho-taquara, abelhas, moscas e mosquitos, papagaios, beija-flores e outros pássaros, galinhas silvestres; depois, árvores e raízes medicinais, pinheiros, tudo com informações precisas, as quais, quase cinco séculos depois, os naturalistas apreciam e levam a sério. Já disse um deles, cremos que Melo Leitão, que com Anchieta começa a história natural de nosso país. Para se ter uma idéia de seus pormenores, basta dizer que essa carta, impressa, ocupa 26 páginas. E não é a maior. A que escreveu ao padre Diogo Lainez, também de São Vicente, aos 12 de janeiro de 1561, ocupa 44 páginas impressas. Esta talvez seja a de maior interesse histórico, pois trata mais detalhadamente dos trabalhos missionários. Várias dessas cartas anchietanas têm merecido publicação avulsa, em opúsculos ou transcritas em livros. A primeira talvez seja a publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no ano de 1900, numa edição comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Dela nos ocupamos demoradamente em artigo publicado no jornal "A Federação", de Itu, no dia 13 de junho de 1992.

Talvez seja Anchieta o personagem de nossa História sobre o qual mais se tenha escrito. Desde o pequeno livro de Quirício Caxa, escrito logo no ano seguinte ao de seu falecimento, até o que se publicou neste ano do quarto centenário de seu passamento, formaríamos uma enorme biblioteca. Há poucas semanas, nosso preclaro amigo Paulo Barros Camargo, apenas com livros de sua biblioteca particular, organizou uma exposição em vitrines de uma das livrarias da cidade com mais de cem volumes.

Há cem anos, portanto em 1897, quando transcorreu o terceiro centenário de seu falecimento realizou-se em São Paulo uma expressiva comemoração constituída de uma série de conferências abordando a vida e a obra. Um dos convidados para essa série foi o engenheiro, geólogo e também historiador Teodoro Sampaio, que tratou do tema "São Paulo no tempo de Anchieta", um de seus melhores trabalhos de reconstituição histórica. Pois bem. Quase quarenta anos mais tarde, em 1934, ocasião de outra significativa

efeméride anchietana - o quarto centenário de seu nascimento - o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a exemplo do que havia sido feito em São Paulo em fins do século passado, promoveu série de conferências alusivas à efeméride. Teodoro Sampaio, que então vivia no Rio de Janeiro, era o único sobrevivente das conferências de 1897 e não pôde obviamente deixar de ser convidado para a série carioca, cabendo-lhe mesmo inaugurá-la. Tornou-se, assim, Teodoro Sampaio o elo de ligação entre as duas grandes comemorações balizadoras da existência do grande jesuíta: o terceiro centenário de sua morte e o quarto centenário do seu nascimento. Foi pena que, comemorando-se este ano o quarto centenário de seu falecimento, não se tenha feito em São Paulo comemorações semelhantes às de 1897 e 1934.

*

A evocação dos tempos de ginásio, no final da década de 20 e início da de 30, traz-nos à memória livro de iniciação literária de uso obrigatório para todos os estudantes daquela época: a famosa **Antologia Nacional**, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, obra com a qual toda a nossa geração iniciou-se na artinha das literaturas brasileira e portuguesa. Folheando-a agora verificamos que os dois primeiros excertos dessa antologia intitulam-se "Vocação de Vieira", o primeiro, e "Importância política de Vieira", o segundo, ambos extraídos da obra mais importante que até agora se escreveu sobre o padre Antônio Vieira, a do maranhense João Francisco Lisboa. O primeiro relata fato pitoresco - verdadeiro ou não - mas que se tornou folclórico. Mal ingressou na escola, o menino Vieira sentia enorme dificuldade em aprender o que lhe era ensinado. Entrando numa igreja, orou fervorosamente a Deus para que essa sua dificuldade fosse superada. A certa altura da oração, sentiu um estalo na cabeça e, como que por milagre, desanuviou-se-lhe o cérebro e com isto superou as dificuldades que tanto o atormentavam. Verdade ou não, o episódio passou para o anedotário e a expressão "estalo de Vieira" passou a ser utilizada para quem passasse por processo semelhante, num processo, como pitorescamente se diria, de desburrificação. Já o segundo excerto apresenta, resumidos, alguns episódios da missão política de Vieira na Europa.

Nascido em Lisboa a 6 de fevereiro de 1608, com apenas oito anos veio com seus pais para a Bahia, onde iniciou os estudos que o levaram à carreira eclesiástica. Adquiriu grande conhecimento da língua e fama de grande orador. Ao contrário de Anchieta, que foi essencialmente missionário, Vieira foi mais político, incumbido de importantes missões tanto no Brasil como na Europa.

Almir de Andrade, com muito acerto, mostra-nos claramente a diferença que o distinguia dos demais jesuítas: "Se Anchieta é a alma boa e dedicada, o trabalhador incansável, o pesquisador paciente da língua dos indígenas; se Nóbrega é o político por excelência, o administrador preocupado com a disciplina e voltado para os interesses de ordem prática e para os planos de ação - Vieira é essencialmente o intelectual, o pensador, o filósofo católico, o espírito integrado na cultura europeia de seu tempo, conhecedor das ciências, com o uma erudição que desafiava os homens mais eminentes da Europa seiscentista".

"A política o absorvia, era o seu clima temperamental. A proteção que lhe dispensou D. João IV favoreceu e ampliou esse caráter, com os poderes ilimitados que lhe concedeu em mais de uma missão no exterior; mas a influência e a liberdade de ação na corte lhe grangearam concomitantemente prestígio e inveja, força e despeito... Suas cartas revelam o grande historiador que teria sido se se dispusesse a fazer história. Dignos de nota são a riqueza e a pureza de seu estilo, o que é tanto mais de se admirar quando se considera que ele foi educado longe de Portugal e dos centros de cultura.

No que se refere às cartas, essa pureza se manifesta através de uma linguagem simples, sem volteios nem artificios, como se estivesse conversando com o interlocutor. Escreveu a reis, a ministros, a representantes do povo, a companheiros de missão, a colonos... sobre companhias de comércio, índios oprimidos, missões jesuíticas, missões diplomáticas e até guerreiros, educação de príncipes, negociações de paz, questões de colonização... A sua correspondência - escreveu Luis de Paulo Freitas no prefácio a uma das edições de suas cartas - é o reflexo nítido da política exterior e interior de Portugal e do Brasil numa época de grandes agitações. E descreve, como poucos o terão realizado, os costumes dos índios que bem conheceu. Jamais se poderá fazer um estudo profundo do século XVII sem se consultar a Vieira".

Alguns temas fundamentais desse século XVII despontam das cartas de Vieira: a restauração portuguesa com a ascensão ao trono do Duque de Bragança, d. João IV, livrando Portugal do domínio espanhol e fazendo iniciar nos domínios portugueses a terceira e última dinastia real, a de Bragança, à qual pertencem nossos dois imperadores; a restauração do Nordeste, então e em sua maior parte, em poder dos holandeses; a luta contra a Inquisição, da qual ele próprio foi vítima; e o último, mas não o menos importante, a luta contra a escravidão dos índios no Maranhão.

Se, para os estudiosos da História, o interesse maior de Vieira reside nas suas cartas, para os que cuidam de literatura o grande Vieira está nos sermões. Além de formosos - deles disse Artur Mota - "encerram conceitos

elevados e pasmosa erudição. Muitas vezes se afastam dos moldes consagrados pela retórica do púlpito e pelo caráter do sacerdote, para assumir a feição política ou demagógica". Para se avaliar a produção homiliária de Vieira, bastaria mencionar que dos 27 volumes que constituem suas "Obras completas", 15 volumes, portanto mais da metade, são ocupados pelos sermões. Dois grandes estudiosos da história e da literatura brasileiras - Afrânio Peixoto e Pedro Calmon - tiveram a feliz iniciativa de editar seleções das peças oratórias do grande sacerdote. Infelizmente seus livros não foram reeditados e, publicados já há muito, estão hoje fora do alcance do público eventualmente interessado. O de Pedro Calmon, que temos sob as visitas, reúne o que ele denomina "sermões patrióticos". Vale a pena citá-los para que se conheça suas "razões de ser": Sermão do Santo Antônio, 1638, alusivo à derrota dos holandeses na Bahia; sermão de Santa Cruz, alusivo à malograda expedição do Conde da Torre, 1639; sermão pelo bom sucesso, alusivo ao incêndio do Recôncavo, 1640; sermão da visitação, alusivo ao primeiro vice-rei do Brasil, 1640; sermão do Dia de Reis, alusivo às vitórias sobre os holandeses; sermão de Santo Antônio, 1641, alusivo ao "dinheiro do povo em bem do Estado"; sermão pelo bom sucesso, 1645, alusivo à redenção portuguesa.

Sua obra, como dissemos há pouco, compreende 27 volumes, assim distribuídos: 15 de sermões, 4 de cartas, 3 de escritos inéditos, 2 de assuntos vários e 1 com a denominada **História do Futuro**. Durante muito tempo atribuiu-se a Vieira a autoria de um curioso livro denominado **A arte de furto**. Figura, inclusive, na sua **Opera Omnia** e em diversas edições avulsas. Sabe-se hoje que tal livro não pertence ao grande sacerdote. Sua autoria é, em boa parte, atribuída a Dom Francisco Manuel de Melo, que o publicou em edição elvizeriana de 1652. Era Dom Francisco Manuel de Melo "uma das figuras mais curiosas da literatura portuguesa, polígrafo de maior renome dentro e fora da Península", mas de vida aventureira, tanto que veio deportado para o Brasil, onde ficou de agosto de 1655 a março de 1658. Dele nos ocupamos demoradamente em artigo publicado no jornal "A Federação", de Itu, do dia 2 de março de 1996.

O título completo de seu livro é **Arte de furto, espelho de enganados, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazúia geral dos reinos de Portugal**. A atribuição de sua autoria a Dom Francisco Manuel de Melo não é inteiramente pacífica. A atribuição a Vieira, que não saberíamos dizer como começou (perdõem-nos os colegas a ignorância) foi tão freqüente que até hoje continua mencionada em livros de literatura. Ocorre-nos à lembrança que Luís Gama, o famoso abolicionista, em seu poema satírico **A Bodarrada**, refere-se aos ladrões como os que "fazem grossa pepineira/Só pela arte do Vieira", tomando a expressão "arte do Vieira" como sinônimo de ladroeria...

Como dissemos, o problema da autoria da **Arte de furta**r continua a despertar interesse em discuti-la, por parte de críticos e historiadores da literatura. Muitos preferem considerá-la obra anônima, sem discutir o problema da autoria, como é o caso da edição que possuímos, que preferiu, tal como Capistrano de Abreu em relação aos **Diálogos das grandezas do Brasil**, apreciar o valor do livro sem perder tempo em discutir sua autoria. Mas, não deixa de ser interessante saber que no Brasil viveu por alguns anos, o indigitado autor e um dos maiores escritores portugueses de seu tempo. E como degredado...

Ao saudoso Artur Mota, a quem devemos muito de nossa formação literária, tomaremos emprestado seu depoimento sobre Vieira, encerrando com ele esta palestra: "Dissertar sobre a sua obra equivale a desenvolver uma tese complexa, onde, paralelamente aos gêneros literários por ele desenvolvidos, seria de apreciar a mais lídima expressão de vernaculidade. Nela tudo é sublime: a grandeza do estilo, a eloquência incomparável, a pureza da linguagem, a prodigiosidade do talento verbal, a riqueza do vocabulário, o vigor das antíteses de que ele abusava, a sinonímia copiosa, a elegância das frases, os tropos felizes e oportunos, a vibrante capacidade de ironias e alusões, todas as qualidades imagináveis do escritor e do orador. Era exímio pregador, como poucos se encontram na oratória sagrada".

Prezados confrades e amigos. Nesta evocação talvez tenhamos falado mais do que devêssemos. Mas, se tal ocorreu, desculpamo-nos com uma expressão atribuída ao próprio Vieira. Quando, certa vez, criticaram-no por ter falado muito, desculpou-se dizendo: "Se falei muito, foi porque não tive tempo de falar pouco..."